

Discriminação dos rendimentos por gênero na Região Metropolitana de Salvador

Leormínio M. Bispo Filho*

Wilson F. Menezes**

Resumo

Este trabalho analisa a discriminação de rendimentos entre trabalhadores homens e mulheres na Região Metropolitana de Salvador. Utilizou-se a base da Pesquisa de Emprego e Desemprego dessa região para os anos de 1997 e 2005. Foi utilizado o procedimento de Heckman para corrigir possíveis vieses de seleção da amostra, bem como foi aplicada a decomposição de Oaxaca para se separar os atributos produtivos dos não produtivos que explicam a formação dos rendimentos. Os resultados econométricos permitiram distinguir os diferenciais de rendimentos decorrentes de atributos produtivos ou de procedimentos discriminatórios nesse mercado de trabalho.

Palavras-chave: ocupação, diferenciais de rendimento, capital humano, discriminação.

Abstract

This paper analyzes the inequality of earnings between working men and women in the Metropolitan Area of Salvador. The data was collected from the Employment and Unemployment Research for years 1997 through 2005. Heckman's procedure was used to correct possible sample selection bias, and Oaxaca's decomposition to separate productive and non-productive attributes, which explain the income composition. The econometric results enabled us to distinguish the income differentials due to productive attributes or discriminatory procedures within this market.

Key words: occupation, income differentials, human capital, prejudice.

INTRODUÇÃO

A preocupação com os diferenciais de rendimentos não é nova na literatura econômica brasileira. Esses diferenciais foram analisados sob o prisma dos distintos segmentos do mercado de trabalho, tal como em Fernandes (1996), que buscou observar o papel que a qualificação da mão-de-obra exerce na determinação dos diferenciais de salários entre mercados regulamentados e não regulamentados. Por outro lado, Silva e Kassouf (2000) apontaram os dife-

renciais de rendimentos dos mercados formais e informais de trabalho, enquanto Leme e Wajnman (2001) trataram das especificidades dos diferenciais de rendimento por gênero como decorrentes do estágio de desenvolvimento dos mercados de trabalho.

Quanto aos estudos dos diferenciais de rendimentos sob a ótica da discriminação, pode-se apresentar Giubert e Menezes Filho (2005), que compararam as diferenças de rendimento entre homens e mulheres no Brasil e nos Estados Unidos; Jacinto (2005), que analisou os diferenciais de salários por gênero na indústria avícola da região Sul do Brasil com dados da RAIS; Loureiro (2003), que examinou as principais fontes de discriminação racial por sexo no mercado de trabalho; Loureiro e Carneiro (2001), que mostraram a discriminação nos merca-

* Técnico da Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMS e Mestre em Economia pelo CME-UFBA. leorminio@bol.com.br.

** Doutor em Economia pela Universidade de Paris I, Professor do Curso de Mestrado em Economia da UFBA e Coordenador da PED-RMS pela UFBA. awilson@ufba.br

dos de trabalho urbanos e rurais; Soares (2000), que estimou os diferenciais de rendimentos para homens e mulheres na perspectiva da cor; e Kassouf (1998), que calculou os retornos da educação e da experiência, tendo constatado uma discriminação salarial por gênero, presentes em diferentes segmentos do mercado de trabalho.

Em geral, os diferenciais de rendimentos entre indivíduos ocupados podem ser originários de três características presentes no mercado de trabalho:

**É preciso saber por que
trabalhadores com
características produtivas
iguais acabam por receber
remunerações diferenciadas no
mercado de trabalho**

1. Diferenças nas dotações dos atributos produtivos dos trabalhadores, dentre os quais se destacam a educação e a experiência. Nessa situação, pode-se dizer que o mercado de trabalho estaria traduzindo, de maneira justificada, os distintos rendimentos, de forma que os que possuem as maiores quantidades desses atributos alcançam também as maiores remunerações;
2. Discriminação no mercado de trabalho, quando trabalhadores igualmente produtivos são remunerados de maneira diferenciada em decorrência de avaliações subjetivas quanto aos seus atributos não produtivos, tais como gênero e cor; e
3. Segmentação no mercado de trabalho para trabalhadores igualmente produtivos.

Neste trabalho, optou-se por investigar a discriminação existente no mercado de trabalho da RMS, buscando conhecer melhor a condição econômica dos trabalhadores dessa região. Para tanto, comparou-se o rendimento dos ocupados desagregados entre homens e mulheres. Com isso, procurou-se levantar os mais importantes determinantes dos rendimentos dos trabalhadores, bem como separá-los por critérios que distingam condicionantes de desigualdades de atributos produtivos e de discriminação. Para atingir esse fim, utilizaram-se os dados da base PED-RMS,¹ referentes aos ocupados da RMS no ano de 1997 e 2005.

Além desta introdução, o trabalho encontra-se dividido em mais três partes. Inicialmente, procede-se uma análise dos componentes teóricos que nortearam o artigo. Em seguida, fez-se uma estimativa dos determinantes dos rendimentos, bem como dos diferenciais desses rendimentos entre trabalhadores masculinos e femininos, quando uma análise dos diferenciais de rendimentos foi emitida. Por fim, algumas considerações são emitidas.

AVALIAÇÃO TEÓRICA DA DISCRIMINAÇÃO

No que concerne à discriminação, a abordagem retoma, em outras bases, a problemática dos diferenciais dos rendimentos. Assim, é preciso saber por que trabalhadores com características produtivas iguais acabam por receber remunerações diferenciadas no mercado de trabalho. Se as características produtivas dos trabalhadores são iguais, é razoável imaginar que essas pessoas deveriam receber um mesmo montante de rendimento por seus serviços prestados. Mas isso somente aconteceria se o mercado de trabalho fosse perfeito, com informação livre e gratuita, sem a possibilidade de existir expedientes discriminatórios ou de segregação.

Para Becker (1957), a discriminação é definida precisamente como a observância de tratamento desigual para insumos iguais de produção. Na medida em que são levadas em consideração características não econômicas das pessoas, tais como gênero, idade e raça, é possível existir essa discriminação. Esses elementos exigem, dessa forma, uma atenção analítica especial, assim conseguindo perceber um gosto pela discriminação. O problema é, portanto, saber por que os empregadores, independentemente das condições objetivas de produtividade das pessoas, preferem um determinado perfil de mão-de-obra. Dessa forma, indivíduos que não respondem às preferências dos empregadores são rechaçados no mercado de trabalho, a ponto de terem dificuldades de emprego a menos que aceitem remunerações bem inferiores àquelas permitidas pelo seu potencial de qualificação.

A inserção no mercado de trabalho das pessoas

¹ A Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador segue orientação metodológica do SEADE-DIEESE e foi realizada na RMS entre setembro de 1987 e outubro de 1989, em convênio com SETRAB, SINE e UFBA. Desde julho de 1996, ela vem sendo realizada em convênio com a SEI, SETRAS e UFBA, além do DIEESE e da Fundação SEADE. A pesquisa é atualmente desenvolvida em mais cinco regiões metropolitanas do país: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, São Paulo e Distrito Federal.

que sofrem discriminação se verifica, dessa forma, a um preço muito elevado: aceitar postos de trabalho, em relação à suas capacitações, inferiores, ou mesmo receber remunerações menores para exercer uma atividade similar. Assim, existe discriminação no mercado de trabalho se trabalhadores com idênticas características produtivas são tratados diferentemente devido aos grupos a que pertencem. Há discriminação salarial contra as mulheres, os negros ou idosos se os empregadores pagam menos a essas pessoas do que pagam, respectivamente, aos homens, brancos ou jovens, uma vez que as diferentes pessoas de cada um dos grupos se apresentem no mercado de trabalho com o mesmo nível educacional, a mesma experiência e venham a trabalhar sob as mesmas condições e exercendo as mesmas funções. Assim, os indivíduos que têm gosto pela discriminação acabam por influenciar suas atitudes ao levar em consideração aspectos subjetivos que diferem de indivíduo para indivíduo.

Naturalmente que o gosto pela discriminação pode estar ligado à ignorância e/ou à desinformação das pessoas. Dessa forma, um empregador ao não contratar um indivíduo em razão de seu sexo, cor ou idade provavelmente está inseguro quanto à produtividade do trabalhador discriminado, mesmo podendo, nesse momento, estar deixando de lado um trabalhador que possa ser mais produtivo que o trabalhador escolhido. Uma escolha que se verifique a partir de um critério discriminatório e a pessoa selecionada não responda objetivamente em termos de produtividade pode vir a representar um custo não pecuniário que o empregador deve arcar em vista do seu comportamento pleno de subjetividades discriminatórias.

Comportamentos discriminatórios tendem a desaparecer, pelo menos nas grandes firmas, conforme os empregadores adotem muito mais critérios que permitam a maximização de sua função objetivo que critérios baseados na desinformação ou atitudes segregacionistas. Isso porque, com a presença de discriminação, há sempre a possibilidade de contratar trabalhadores igualmente produtivos por salários diferenciados, ou mesmo de perder a possibilidade de selecionar o trabalhador mais produtivo, dado

que esse pode estar sendo discriminado. Pode-se então estar problematizando o funcionamento interno da atividade econômica, na medida em que os comportamentos discriminatórios podem apresentar custos indesejáveis. Esses custos naturalmente prejudicam os ajustes do mercado de trabalho, os quais são necessários para que esse mercado torne-se mais competitivo.

Existe discriminação no mercado de trabalho se trabalhadores com idênticas características produtivas são tratados diferentemente devido aos grupos a que pertencem

UMA AVALIAÇÃO EMPÍRICA

O modelo utilizado para as equações de rendimentos pode então ser resumido como:

$$y^* = \beta' X_i$$

onde y^* representa o logaritmo natural da variável dependente e X_i representa o vetor de variáveis independentes.

Um problema a ser enfrentado diz respeito a um possível viés de seleção presente na amostra. Esse problema foi resolvido em dois passos, através da aplicação do procedimento de Heckman (1979):

- 1) Através do modelo probit gerou-se uma variável chamada razão inversa de Mills, qual seja:

$$\lambda_i = \frac{\phi_i(\gamma' w_i)}{\Phi_i(\gamma' w_i)}$$

- 2) Estimou-se a equação de rendimentos utilizando-se a razão inversa de Mills como regressor adicional, além das demais variáveis.

Para a estimativa das equações de rendimentos foram utilizadas as seguintes variáveis para homens e mulheres:

Escolaridade – em anos de estudo completos dos indivíduos. Espera-se uma relação direta com os rendimentos, ou seja, à medida que se eleva o grau de escolaridade, maior a chance de o indivíduo auferir rendimentos mais elevados no mercado de trabalho;

Idade – em anos completos. Esta variável representa uma proxy da experiência do indivíduo e se espera um sinal positivo para ela, de maneira que o rendimento deve crescer com o aumento da idade; Idade² – quadrado da idade. Esta variável procura

captar se o crescimento do rendimento com respeito à idade acontece a taxas decrescentes, dessa forma se espera um sinal negativo;

Tempo de ocupação – em número de anos na atual ocupação. O interesse dessa variável é averiguar se o tempo do indivíduo na ocupação em que ele se encontra, caracterizando uma estabilidade ocupacional, contribui para aumentar seu rendimento; Lambda – inversa da razão de Mills. Esta variável ao ser colocada na equação de rendimentos corrige o viés de seleção quando estatisticamente significativa. Isso significa dizer que, quando seu sinal for positivo, as características não observadas influenciam positivamente o rendimento do indivíduo, caso contrário o sinal será negativo.

Para uma estimativa do modelo econométrico, utilizou-se o seguinte modelo:

$$y = \alpha + \beta_i X_i + \varepsilon$$

onde y representa o logaritmo natural do rendimento e X_i representa o vetor de variáveis explicativas (inclusive a variável Lambda).

Para estimar os diferenciais de rendimentos foram escolhidos os anos de 1997 e 2005. Fez-se uma comparação dos resultados desses dois anos gerando uma amostra de 11.639 e 13.135, respectivamente,² de indivíduos ocupados com rendimentos positivos, com idade entre 25 e 65 anos e que não frequentam mais a escola. Essa faixa foi definida de maneira ad hoc, esperando, com isso considerar os indivíduos adultos mais implicados no mercado de trabalho. Deixou-se, portanto, os jovens e idosos fora dessa seleção. Além disso, foram excluídos da seleção os assalariados do setor público, uma vez que os rendimentos neste setor são definidos de maneira administrativa. Dessa forma, apesar de certamente haver uma discriminação entre homens e mulheres no setor público, considerou-se que esta discriminação não é operada via mercado, em face da condição estatutária específica dessas pessoas.

Equações de Rendimentos

Os resultados das equações de rendimentos po-

dem ser visualizados na Tabela 1. Uma inspeção dessa tabela permite constatar que todos os sinais dos coeficientes foram os esperados e estatisticamente significativos. Pode-se, dessa forma, afirmar que o poder de explicação das regressões foi robusto, quando se considera que os dados referem-se a uma amostra *cross-section* e os testes F mostraram-se muito satisfatórios.

Tabela 1
Equações de rendimentos por sexo

Variáveis	1997		2005	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
(Constante)	4,85 (34,707)	3,845 (20,108)	5,27014 (41,934)	4,809 (29,564)
Escolaridade	0,0857 (34,118)	0,107 (28,748)	0,05782 (22,762)	0,07 (20,684)
Idade	0,0685 (9,875)	0,086 (9)	0,05175 (8,641)	0,067 (8,454)
Idade ao quadrado	-0,0003 (-3,751)	-0,001 (-6,743)	-0,00019 (-2,604)	-0,001 (-5,996)
Tempo de Ocupação	0,0172 (12,668)	0,027 (14,136)	0,01455 (12,543)	0,023 (14,458)
Lambda	-2,563 (-45,632)	-1,331 (-19,814)	-2,4376 (-49,549)	-1,841 (-32,921)
R ²	0,518	0,425	0,494	0,412
F	1400,26	754,78	1397,41	834,47
DW	1,902	1,926	1,833	1,883
N	6.523	5.116	7.177	5.958

Fonte: Cálculos a partir da base PED/RMS.

Nota: As estatísticas-t são dadas entre parênteses.

A escolaridade mostrou ser muito importante para obtenção de maiores rendimentos dos indivíduos, dado que os coeficientes dessa variável foram positivos e estatisticamente significativos para homens e mulheres, tanto em 1997 quanto em 2005.

A idade também se mostrou importante para elevar os rendimentos das pessoas. Essa variável apresentou uma relação direta, ou seja, quanto maior a idade das pessoas, maiores serão seus rendimentos do trabalho.

A idade ao quadrado, por sua vez, também apresenta o resultado esperado. Assim, o aumento da idade permite uma elevação dos rendimentos, muito embora essa elevação se verifique a taxas decrescentes com o decorrer da idade. Isso acontece, de maneira estatisticamente significativa, tanto para homens quanto para mulheres nos dois anos analisados.

O tempo que as pessoas levam na mesma ocupação, que pode ser entendido como uma *proxy* da estabilidade ocupacional, se mostrou positivo e muito

² É bom lembrar que esse quantitativo de indivíduos foi obtido somente após a correção do viés de seleção.

significativo, de maneira que se pode afirmar que a estabilidade ocupacional das pessoas é importante elemento indutor dos rendimentos. Esse resultado foi verificado para homens e mulheres.

Por fim, tem-se que os coeficientes da variável explicativa lambda, a qual foi adicionada ao modelo com a intenção de corrigir o viés de seletividade amostral, se mostraram negativos e significativos em todas as equações estimadas de rendimento. A significância dessa variável demonstra que o viés de seleção foi corrigido pelo procedimento de Heckman.

A média dos rendimentos dos homens é superior à média das mulheres tanto em 1997 quanto em 2005. Assim, os homens receberam no primeiro período, em média, R\$ 839,75, enquanto as mulheres ganharam R\$ 401,70

Uma avaliação dos diferenciais de rendimentos

Antes de iniciar a análise dos diferenciais de rendimentos, é interessante observar as médias das variáveis consideradas nas regressões, bem como as respectivas estatísticas t do teste das médias (Tabela 2).

Tabela 2

Médias das variáveis por segmentos de ocupação controlada por gênero

Variáveis	1997		2005	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Rendimento	839,75	401,70 (39,33)	642,33	355,85 (37,30)
Escolaridade	8,16	8,35 (2,66)	8,84	9,21 (5,96)
Idade	37,37	36,79 (3,43)	38,29	38,15 (0,80)
Tempo de Ocupação	5,58	4,95 (5,21)	5,94	5,28 (5,62)

Fonte: cálculos a partir da base PED/RMS.

Nota: Estatísticas t dos testes das médias encontram-se entre parênteses. As comparações foram feitas por gênero, relativamente ao homem no ano de 1997 e 2005 respectivamente.

Como se esperava, a média dos rendimentos dos homens é superior à média das mulheres tanto em 1997 quanto em 2005. Assim, os homens receberam no primeiro período, em média, R\$ 839,75, enquanto as mulheres ganharam R\$ 401,70. No período seguinte, os homens ganharam uma média de R\$ 642,33, ao tempo em que as mulheres receberam apenas R\$ 355,85. Assim, pode-se ver que, em 1997, o salário das mulheres era equivalente a 48% do salário dos

homens, mas em 2005 foi equivalente a 55%. Esse resultado é garantido pelo teste da diferença entre as médias dos rendimentos, cujas estatísticas t encontram-se entre parênteses. Esses números não só apontam como também reforçam a existência de discriminação contra as mulheres

no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador.

A escolaridade média encontra-se desigualmente distribuída quando observada por gênero das pessoas ocupadas. Efetivamente os níveis de escolaridades dos homens mos-

tram-se, grosso modo, menos elevados que os níveis referentes às mulheres. Se os salários fossem determinados apenas pelos anos de estudo, as mulheres deveriam receber, em média, mais que os homens, o que não acontece, reforçando a hipótese de existência de uma discriminação presente no mercado de trabalho da RMS. Mesmo que dificilmente esses diferenciais possam ser totalmente imputados aos diferentes níveis de escolaridade das pessoas envolvidas do mercado de trabalho, naturalmente as diferenças de escolaridade contribuem para justificar os diferenciais de rendimentos. No entanto, nessa região metropolitana, os rendimentos de homens e mulheres acontecem de maneira inversa ao que se deveria esperar, tendo em vista os atributos de escolaridade das mulheres, que se mostram mais elevados, em média, em relação a esses mesmos atributos dos homens.

Não se percebe um diferencial de idade muito importante entre os gêneros no mercado de trabalho da RMS. Como mostram os resultados dos testes das médias, apenas em 1997 os homens mostraram-se com idade, em média, mais elevada que as mulheres. Para o ano de 2005, a idade média dos homens continua a ser mais elevada, mas essa diferença é muito tênue, dado que a estatística t não foi significativa. Dessa forma, dificilmente se podem justificar os diferenciais de rendimentos pelos níveis de idade, isso porque estatisticamente homens e mulheres têm médias de idade similares.

Entretanto, o mesmo não se pode dizer para o tempo de ocupação entre os gêneros para cada ano. Apesar de as mulheres terem maior tempo de ocupação em 2005 que em 1997, os homens têm mais

tempo de ocupação no atual emprego que as mulheres, tanto em um período quanto em outro.

Diferenciais de rendimentos por discriminação

A decomposição de Oaxaca (1973) permitiu o cálculo dos diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres, tendo em vista a separação dos rendimentos explicados pelos atributos produtivos dos indivíduos em relação aos rendimentos não explicados por esses mesmos atributos. Essa decomposição propõe os seguintes passos:

- 1 Estima-se a equação de rendimentos para cada segmento, tal como segue:

$$y_h = \alpha_h + \sum \beta_{ih} x_{ih} \quad \text{e} \quad y_m = \alpha_m + \sum \beta_{im} x_{im}$$

- 2 Toma-se a diferença entre as duas regressões avaliadas nos pontos médios das variáveis e soma-se e subtrai-se, $\sum \beta_{ih} x_{im}$ de forma a não alterar a igualdade, resultando em:

$$\tilde{y}_h - \tilde{y}_m = (\alpha_h - \alpha_m) + \sum \tilde{x}_{im} (\beta_{ih} - \beta_{im}) + \sum \beta_{ih} (\tilde{x}_{ih} - \tilde{x}_{im})$$

onde \tilde{y}_h e \tilde{y}_m são os logaritmos naturais dos rendimentos de homens e mulheres respectivamente. Os dois primeiros termos à direita da equação medem a discriminação, enquanto o terceiro termo mede o diferencial de rendimentos referente aos atributos produtivos das pessoas.

Blinder (1973) aponta que os coeficientes dessa equação também contêm informação sobre discriminação, pois o segundo termo da equação $\sum \tilde{x}_{im} (\beta_{ih} - \beta_{im})$ também permite que se extraia algo a esse respeito, uma vez que se refere à parte da diferença de rendimentos que se deve à valorização diferente de um mesmo atributo. Dessa forma, se a diferença dos atributos for positiva, significa que o atributo é mais valorizado no homem que na mulher, pois essa diferença é ponderada pelo atributo médio da mulher. Assim, a parte não explicada do diferencial

de rendimentos cuja origem pode ser atribuída à discriminação é $(\alpha_h - \alpha_m) + \sum \tilde{x}_{im} (\beta_{ih} - \beta_{im})$. Esse termo mede a parcela considerada como explicada dos rendimentos. Essa parte resulta das diferenças de dotação dos atributos dos trabalhadores, a qual é

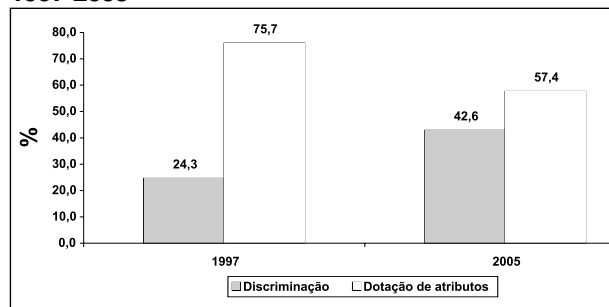
ponderada pelo valor que se dá a essas características. Se o indivíduo possui uma dotação mais elevada de atributos produtivos, ele terá uma remuneração mais elevada.

O procedimento dessa decomposição consiste em utilizar duas regressões, uma para cada segmento de trabalhadores. A primeira das regressões considera o grupo específico dos homens,

enquanto que na segunda equação considera-se o grupo das mulheres. Esse procedimento possibilitou separar os rendimentos que podem ser explicados pelos atributos econômicos e não econômicos das pessoas, daqueles inerentes ao próprio segmento de mercado de trabalho. Vários cortes comparativos foram realizados e analisados.

Inicialmente, procurou-se estimar e comparar os diferenciais de rendimentos, para os anos de 1997 e 2005, dos homens contra os rendimentos das mulheres, tal como aparece no Gráfico 1. A análise desse gráfico permite dizer que 75,7% do diferencial de rendimentos, em 1997, podem ser explicados pelas respectivas dotações em atributos pessoais, enquanto 24,3% desse diferencial não encontram explicação nos atributos econômicos e não econômicos dessas pessoas, assim podendo perfeitamente ser atribuível à discriminação existente no mercado de trabalho. Para 2005 esses percentuais são de 42,6% e 57,4%, respectivamente, para a discriminação e dotação dos atributos pessoais dos indivíduos. Uma comparação entre os anos leva a crer que, entre 1997 e 2005, houve um aumento do processo discriminatório contra a mulher no mercado de trabalho da RMS.

A análise do diferencial de rendimentos entre homens e mulheres pode ainda ser realizada com o auxílio da Tabela 3. Nessa tabela encontram-se registradas as diferenças básicas de rendimentos decorrentes das dotações de atributos de homens e

Gráfico 1**Diferencial de rendimentos na RMS por atributos 1997-2005**

Fonte: Cálculos a partir da base PED-RMS

mulheres, bem como as diferenças de rendimentos que podem ser atribuíveis aos processos discriminatórios contra as mulheres.

Essa Tabela mostra que o homem, em média, ganha mais que a mulher, além de confirmar a informação do gráfico anterior. Isso porque o efeito discriminação alcançou R\$ 122,11 em 2005, quando ele era de R\$ 106,55 em 1997. Por outro lado, o efeito

Tabela 3**Diferenciais dos rendimentos por sexo**

Diferencias dos Rendimentos	1997			2005		
	Oaxaca	Homem-Mulher R\$	%	Oaxaca	Homem-Mulher R\$	%
Efeito discriminação	0,26	106,55	24,3	0,53	122,11	42,6
Efeito dotação atributos	0,79	331,50	75,7	0,71	164,38	57,4
Efeito Total	1,05	438,05	100,0	1,24	286,48	100,0

Fonte: Cálculos a partir da base PED/RMS.

Nota: Para os valores em reais foi utilizado como inflator o IPC da SEI de março de 2006.

to dotação passou de R\$ 331,50 para R\$ 164,38 no mesmo período. Ademais, em 1997 os homens receberam, em média, R\$ 438,05 a mais que as mulheres. Já no ano de 2005, os homens passaram a receber, em média, apenas R\$ 286,48 a mais que as mulheres. Dessa forma, tem-se que, apesar da ocorrência de uma redução do diferencial total entre os rendimentos de homens e mulheres, tem-se uma elevação do diferencial decorrente de processos discriminatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos diferenciais de rendimento mostrou algumas características interessantes da estrutura

do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. O modelo econométrico utilizado recorreu ao procedimento de Heckman para corrigir possíveis vieses de seletividade da amostra, bem como aplicou a decomposição de Oaxaca, numa tentativa de separar os efeitos provocados pela dotação dos atributos econômicos das pessoas dos efeitos relativos à discriminação existente no mercado de trabalho.

Os resultados obtidos foram significativos e permitem reconhecer a existência de processos discriminatórios no mercado de trabalho. Observa-se, então, uma das fontes de mazelas sociais. A presença de comportamentos discriminatórios nesse mercado de trabalho contribui para a redução dos rendimentos das mulheres de maneira independente das condições de produtividade dessas pessoas.

A discriminação se mostrou como importante fator redutor dos rendimentos das pessoas que sofrem com atitudes e comportamentos segregacionistas. Assim, em 1997, 24,3% do diferencial de rendimentos existente entre os ocupados foram devidos à discriminação por gênero e 75,7% dos diferenciais de rendimentos são atribuíveis às diferenças nas dotações de atributos produtivos, como educação, experiência e tempo na ocupação. Quando observamos o ano de 2005, percebe-se que há um aumento da presença de procedimentos discriminatórios para explicar o diferencial de rendimentos, já que o efeito discriminação passou a representar 42,6% do total da diferenciação dos rendimentos de homens e mulheres da RMS, ficando os 57,4% restantes sob responsabilidade das diferenças nas dotações de atributos produtivos. Isso mostra que, a discriminação por sexo se fortaleceu quando comparamos um período com outro. Como as diferenças entre os atributos produtivos de homens e mulheres tendem a diminuir, então a parcela do diferencial devido à discriminação existente no mercado de trabalho tende a aumentar, mesmo que em termos absolutos ela seja menor.

O fato de o indivíduo ser homem ou mulher influi, de maneira decisiva, nos seus níveis de remuneração. Um dos fatores analisados que provoca importantes diferenciais nos rendimentos dessas pessoas foi a presença de comportamentos discriminatórios

contra as mulheres no mercado de trabalho. Entende-se que o presente estudo avançou algumas contribuições importantes, deixando, dessa forma, um pouco mais claro os mecanismos de funcionamento desse importante mercado de trabalho, bem como algumas peculiaridades que afligem esse importante contingente de pessoas. Uma tentativa de reduzir os malefícios dessa discriminação somente pode advir de políticas públicas que realcem muito mais o caráter produtivo das pessoas em detrimento de comportamentos discriminatórios que restrinjam os direitos dos trabalhadores e/ou se exteriorizem através de segregação social no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- BECKER, G. *The economies of discrimination*. Chicago: The University of Chicago Press, 1957.
- BLINDER, A. S. Wage discrimination: reduced form and structural. *Journal of Human resources*, n. 8, p. 436-455, 1973.
- FERNANDES, R. Mercado de trabalho não regulamentado: participação relativa e diferenciais de salários. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 417-441, 1996.
- GIUBERT, A. C.; MENEZES-FILHO, N. A. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 369-383, jul./set. 2005.
- HECKMAN, J. Sample selection bias as a specification error. *Econometrica*, Princeton, v. 47, n. 01, p. 153-161, Jan. 1979.
- JACINTO, P. A. Diferenciais de salários por gênero na indústria avícola da região Sul do Brasil: uma análise com micro dados. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 43, n. 3, p. 529-555, jul./set. 2005.
- KASSOUF, A. L. Wage gender discrimination and segmentation in the Brazilian labor market. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 243-269, jun. 1998.
- LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. Diferenciais de rendimentos por gênero. In: LISBOA, M. B.; MENEZES-FILHO, N. A. *Microeconomia e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001. p. 79-115.
- LOUREIRO, P. R. A. Uma resenha teórica e empírica sobre economia da discriminação. *Revista Brasileira de Economia*, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 125-157, 2003.
- _____. CARNEIRO, F. G. Discriminação no mercado de trabalho: uma análise dos setores rural e urbano no Brasil. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 519-545, 2001.
- OAXACA, R. Male-Female wage differentials in urban labor markets. *International Economic Review*, v. 14, n. 3, p. 693-709, out. 1973.
- SILVA, N. D. V.; KASSOUF, A. L. Mercado de trabalho formal e informal: uma análise da discriminação e da segmentação. *Nova Economia*, Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, v. 10, n. 1, p. 41-77, jul. 2000.
- SOARES, S. S. D. O Perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0769.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2000.